

ORALIDADE, ANÚNCIOS E AVISOS PARA COMUNIDADES RURAIS E URBANAS PERIFÉRICAS: a resistência do “Programa do Galinho” na Rádio Educadora do Maranhão ¹

ORALITY, ADVERTISING AND NOTICES FOR PERIPHERAL RURAL AND URBAN COMMUNITIES: the resistance of “Programa do Galinho” at Radio Educadora of Maranhão

Gutemberg Feitosa²

José Ferreira Junior³

Ramon Bezerra Costa⁴

Resumo: *A intenção deste artigo é refletir sobre a resistência das práticas comunitárias, com forte presença da oralidade primária e secundária (ONG, 1998; ZUMTHOR, 1993), no âmbito das relações entre pessoas dos meios rural e urbano em contato com a radiodifusão. O corpus é o “Programa do Galinho” da Rádio Educadora AM de São Luís do Maranhão. Trata-se de um produto radiofônico com mais de cinco décadas que vive o desafio de uma possível migração da emissora para a faixa FM. Agencia-se ainda o conceito de memória e a percepção sobre os ofícios tradicionais na atualidade. A performance vocal do apresentador Carlos Henrique, o Galinho, é analisada de maneira a ressaltar seu protagonismo junto ao ouvinte/anunciante de avisos e de mensagens publicitárias do comércio popular de feiras e mercados, atitude que, juntamente com as notícias sobre festividades no interior, compõe um repertório que resiste ao tempo e, também, se traduz para a adaptação às demandas atuais dos ouvintes.*

Palavras-Chave: 1. Oralidade. 2. Memória. 3. Radiodifusão.

Abstract: *The aim of this paper is to reflect upon the resistance of community’s practices with strong presence of orality primary and secondary (ONG, 1998; ZUMTHOR, 1993) in the context of relations between rural and urban people in contact with broadcasting. The corpus is the “Programa do Galinho” of Radio Educadora AM in São Luís, state of Maranhão. It is a radio product with more than five decades that lives the challenge of a possible migration of the station to the FM band. The concept of memory and the perception of traditional crafts in nowadays are also managed. The vocal performance of announcer Carlos Henrique, Galinho, is analyzed in order to highlight his role with the listener/advertiser of notices and advertising messages of the popular trade fairs and markets, an attitude that, together with the news about festivities in the countryside, composes a repertoire that resists time and also translates to adaptation to the current demands of listeners.*

Keywords: 1. Orality. 2. Memory. Broadcasting.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Memória nas Mídias do XXIX Encontro Anual da Compós, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 23 a 25 de junho de 2020.

² Jornalista. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Profissional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

³ Jornalista. Doutor em Comunicação e Semiótica (PUC-SP), professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

⁴ Jornalista. Doutor em Comunicação (UERJ), professor do Programa de Pós-Graduação Profissional em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

1. Introdução

O debate sobre o futuro da radiodifusão, nas últimas duas décadas, tem se pautado sobremaneira pela agenda acerca da convergência midiática (CEBRIAN HERREROS, 2011), lógica discursiva oportuna e necessária, mas que também deixa de revelar aspectos importantes ligados ao universo de práticas comunitárias, em cuja dinâmica encontram-se elementos culturais, econômicos e do campo da comunicação, despidos da carga excessivamente tecnológica.

A escolha pelo “Programa do Galinho”, veiculado há mais de cinquenta anos pela Rádio Educadora AM, pertencente à Arquidiocese de São Luís do Maranhão, com apresentação de Carlos Henrique, o Galinho, é pelo fato de ele, de alguma forma, sintetizar um período de transição para emissoras, profissionais e ouvintes, em que hábitos e formatos antigos resistem e convivem de maneira compartilhada e complementar com os recursos da mídia digital.

Trata-se de processo histórico que precisa de um olhar fora dos centros hegemônicos, com atenção para as relações cultivadas há décadas, debate que não deve ser interdito apenas pela colocação em cena da variável tecnológica.

Para operacionalizar esse ponto de vista, foram agenciados os conceitos de oralidade e de memória visando desvelar aspectos atinentes à vida comunitária rural e urbana, cultivadores de ofícios e do comércio tradicionais, neste caso diante da presença da comunicação radiofônica.

A articulação entre os pressupostos normativos de mercado e a natureza do tipo de produção do “Programa do Galinho”, numa perspectiva de laço forte de comunicação voltada à comunidade local, altera a percepção sobre o desafio lançado à emissora: a migração da faixa AM para a faixa FM.

Diante de tal problema, a certeza mais tangível é que as oralidades primária ou secundária vão seguir a trajetória secular de se traduzir e se reafirmar.

2. Oralidade, memória e os ofícios tradicionais

A importância dos ofícios tradicionais (o trabalho do ferreiro, do gráfico, do jardineiro, por exemplo) e de sua permanência em comunidades rurais, e até mesmo em centros urbanos, foi objeto de um artigo, publicado há mais de vinte anos, de autoria de Jerusa Pires Ferreira (1996), cuja atualidade reside, sobretudo, no fato de ele se reportar a técnicas do fazer ligadas

à transmissão do conhecimento, “com origem numa espécie de revelação inicial”, convertido em práticas e em manejos que são repassados pela oralidade. Trata-se de um conhecimento no qual a comunidade devota respeito e admiração.

A caracterização conceitual de memória a liga à esfera comunitária, com ênfase na exposição oral (RICOEUR, 2007; CHARTIER, 2009), razão pela qual sua representação operativa tem peculiaridades que a distinguem, nos aspectos mais pertinentes, ao conjunto de elementos daquilo entendido por história. Chartier, tendo como referência o pensamento de Ricoeur, desenha a distinção, embasamento para o qual converge este artigo, por estabelecer os limites, mesmo que às vezes tênues, objeto de análise mais à frente. Eis o balizamento entre memória e história de Chartier, derivado do antagonismo testemunho e documento:

Se o primeiro é inseparável da testemunha e supõe que suas declarações sejam consideradas admissíveis, o segundo dá acesso a “acontecimentos que se consideram históricos e que nunca foram a recordação de ninguém”. Ao testemunho, cujo crédito se baseia na confiança outorgada à testemunha, opõe-se à natureza indiciária do documento. A aceitação (ou o repúdio) da credibilidade da palavra que testemunha o fato é submetida pelo exercício crítico, que submete ao regime do verdadeiro e do falso, do refutável e do verificável os vestígios do passado (CHARTIER, 2009, p. 21-22).

A memória se ancora na prática da vida cotidiana/comunitária cujo fundamento está nas relações de confiança que o relato oral intermedia, costume com perenidade perceptível e indutor de sua inserção naquilo que, para Paul Zumthor, significa a prevalência da oralidade, às vezes até transladada para outros lugares em que essa fala se traduz:

Em nossos dias, deslocam-se os lugares dessa voz: séries radiofônicas, televisivas e, mais sutilmente, a onipresente revista em quadrinhos, que substituiria no século XIX os almanaques em dias de desaparecer. A palavra triunfa aí, inscrita em balões pintados que saem das bocas, em contraponto a uma imagem oferecida à percepção direta e bruta, reduzindo a quase nada a operação de decodificação (ZUMTHOR, 1993, p. 286).

Numa relação de diálogo que é oportuno estabelecer com outro pensador da oralidade primária e secundária, Walter Ong, pode-se compreender, no enredamento dessa classificação, os meandros pontuais entre o exercício da exposição da linguagem oral direta e midiaticizada.

A oralidade primária alimenta estruturas de personalidades que de certo modo são comunais e exteriorizadas, e menos introspectivas do que as comuns entre os pertencentes à cultura escrita. A comunicação oral agrupa as pessoas. Escrever e ler

constituem atividades solitárias que atraem a psique para dentro de si mesma (ONG, 1998, p. 82).

Há três décadas, Walter Ong identificava ainda uma oralidade residual na tessitura escritural, aspecto que o aproxima de Zumthor; e, também, uma “oralidade escrita da cultura oral secundária, gerados pelo rádio e pela televisão”⁵ (ONG, 1998, p. 179), algo que, para ele, iria requerer um estudo mais aprofundado, sendo esta uma questão que vem alimentando debates pontuais no âmbito da Comunicação, desde o final do século XX e mais sistematicamente nas primeiras décadas deste século XXI, sem a ênfase talvez que o tema demande.

O entendimento de que os ofícios tradicionais e as práticas comunitárias, incluindo-se as de caráter festivo, se entrelaçam, tendência que acompanha os aglomerados rurais, urbanos e semiurbanos, aponta o norte para um exame crítico no qual se agrega uma longa tradição de práticas religiosas e festivas, cuja origem se encontra no processo de colonização brasileiro, tendo o protagonismo da Igreja Católica (TINHORÃO, 2000).

Trata-se, caso se adote um olhar em perspectiva, de algo próximo à temporalidade medieval, capturada por Jacques Le Goff, de modo a aproximar arranjos culturais e laborais:

Pode-se divisar uma evolução, uma trajetória da noção de trabalho, do valor ligado ao trabalho e, simplificando as coisas, dizer que na alta Idade Média o trabalho é um valor menosprezados. Por quê? Trata-se sobretudo de trabalho rural, e, segundo uma tradição que o cristianismo apenas reforça com relação à Antiguidade, o camponês é menosprezado. Na Antiguidade, ele é o grosso, o rústico, em oposição ao homem da cidade. [...] A partir do século IX, a difusão, em toda a cristandade, da regra de São Bento, que insiste muito na importância do trabalho manual, representa um acontecimento muito importante para história do ocidente. O monge, ele próprio trabalhando, valoriza-o, considerando o trabalho uma forma de penitência e de oração. Mas, seja qual for o *status* depreciado e numerosos trabalhadores que evocamos, a grande valorização do trabalho se dá na cidade. Esta é uma das unções históricas fundamentais da cidade: nela são vistos os resultados criadores produtivos do trabalho. Todos esses curtidores, ferreiros, padeiros... são pessoas que produzem coisas úteis, boas e, às vezes, belas, e tudo isso se faz pelo trabalho. (Le GOFF, 1988, p. 47-49).

⁵ É importante ressaltar que, para Walter Ong, há de se reposicionar o conceito de *mídia*, por ele quase sempre evitado, em razão de que “a comunicação humana, verbal ou não, difere do modelo do “meio” de uma forma mais essencial pelo fato de requerer uma resposta prevista, a fim de que possa ocorrer. No modelo do meio, a mensagem é transportada da posição do remetente para a do receptor. Na comunicação humana real, o remetente deve estar não apenas na posição de remetente, mas também na do receptor antes que ele possa enviar algo” (ONG, 1998, p. 196).

O comércio do artesão e a venda de alimentos, entre outras modalidades comerciais, demandam abordagens vocais em forma de anúncio, que requerem uma imersão no universo desses agentes mercantis, mas também comunitários, em processo contínuo de afirmação ritualística, oportunizando, paralelamente, a aceitação de formas de expressão novas (gírias, onomatopeias, aliterações, etc), desenho que gera o paradoxo da dinâmica cultural em ambientes cujo vetor mais forte é a comunicação na configuração da linguagem oral.

3. Rádio Educadora AM

Foi por ocasião do Concílio Vaticano II – CV II (1962 – 1965) que a Igreja Católica passou a observar de maneira mais positiva os meios de comunicação. No documento conciliar *Inter mirifica*, que trata da comunicação social, se lê: “Sabe, com efeito, a mãe Igreja que estes instrumentos, retamente empregados, representam subsídios valiosos ao gênero humano, porquanto muito contribuem para recrear e aprimorar os espíritos e propagar e firmar o reino de Deus” [...] (IM n. 2). Convém mencionar que foi o referido Concílio que cunhou o termo comunicação social⁶.

Com esta expressão procurou-se caracterizar a dimensão “social” dos meios necessários à realização de uma comunicação de grupo. A proposta de uma nova terminologia foi aceita pelo Concílio sem mais discussões e foi logo aplicada noutros documentos da Igreja [...]. A partir desta terminologia ficou claro que a expressão “comunicação social”, entendida como comunicação entre seres humanos, inclui, além dos meros instrumentos técnicos modernos, todas as outras formas de comunicação humana. (DARIVA, p. 68, 2003).

Uma vez que já era detentora de veículos de comunicação, como a própria Rádio Vaticana, a Igreja, no CV II, deliberou que o uso dos meios de comunicação, como TV e rádio, qualificava a sua missão primordial: evangelizar. Esta é entendida ora como anúncio explícito do evangelho, ora como ensinamento da doutrina, ora como promoção humana e social.

Se nas primeiras comunidades cristãs o testemunho de vida e a fraternidade podem ser considerados os principais instrumentos de comunicação do evangelho, atualmente, os meios de comunicação social de massa têm sido utilizados pela igreja como ferramentas para comunicar o evangelho.

⁶ Fato muitas vezes esquecido pelos estudiosos da Comunicação, mesmo por aqueles que defendem posições mais afeitas à dimensão humana das práticas comunicacionais, em oposição ao tecnicismo que avançou significativamente a partir do final do século XX.

Uma das principais características do rádio é sua capacidade de se fazer próximo. “[...] O rádio apresenta uma série de características diferenciais de expressão em relação a outros meios. [...] Assim, emissor e receptor determinam, necessariamente, a forma e os conteúdos da comunicação radiofônica” (ORTIZ; MARCHAMALO, 2005, p. 15).

A Igreja Católica tem uma longa tradição e organização no tocante a comunicação. O Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, hoje chamado de Dicastério para a Comunicação⁷, tem contribuído para que a Igreja se aproprie com competência e discernimento das linguagens, técnicas e recursos dos meios de comunicação social.

Nos níveis continentais e nacionais existem organismos, como a *Signis* Brasil, que buscam qualificar a comunicação eclesial. Em nível dioceses, existem organismos como a Pastoral da Comunicação, que buscam qualificar comunicadores populares e eclesiais, e há ainda, em algumas dioceses, veículos de comunicação a disposição da Igreja.

É de se destacar o importante papel que o rádio desempenhou quando foi instrumento de alfabetização no Brasil. Inúmeras comunidades foram beneficiadas pela capacidade de penetração, informação e formação que o rádio ainda possui. As rádios *educadoras*, que tinham essa finalidade educacional, indicam como a comunicação radiofônica pode beneficiar a vida do cidadão. No Brasil continental, o Nordeste foi bastante ajudado nesse aspecto.

No Maranhão, destaca-se o protagonismo da Educadora, emissora da Arquidiocese de São Luís. Em 1962, começou a empreitada de conceber uma rádio para comunicar educação, justiça, cidadania e evangelho à população maranhense. Após quatro anos de preparação, em 12 de junho de 1966, vai ao ar a emissora do “Povo de Deus”, como a missão “Educar, divertir e informar”, como diziam seus *slogans* à época.

Outro *slogan* “Evangelizar e construir cidadania” se refere ao surgimento da emissora, que se deu na época da Ditadura Militar, momento histórico de cerceamento de direitos e liberdades individuais, algo que é silenciado na página oficial da rádio, ressaltando-se, entretanto, seu alinhamento histórico às comunidades rurais e operárias.

No dia 24 de julho de 1960 a rádio foi registrada e em 1962, através do decreto nº 815, no então Ministério de Viação e Obras Públicas que liberou a concessão de funcionamento. E no dia 12 de junho de 1966, a emissora entrou em funcionamento, tendo como sede um imóvel situado na rua do Sol, 535, Centro de São Luís. Pelo fato de a emissora ter o seu conteúdo voltado à comunidade interiorana do Maranhão, a

⁷ Órgão oficial do Vaticano que se ocupa da comunicação dentro e fora da Igreja.

sua programação inicial ficou a cargo de instituições públicas, como Secretária de Agricultura e Educação do Estado, Associação de Crédito Assistência Rural e Movimento de Educação de Base. Assim, em tempo recorde, de três semanas, sua programação foi elaborada por educadores e profissionais do rádio conhecidos da época. (HISTÓRIA, 2020).

No Maranhão, foi a quarta emissora a ir ao ar. No início, abrigou corpo funcional, não necessariamente, vinculado à Igreja Católica: educadores, teólogos, clérigos, pedagogos, comunicadores populares. Em potência, em quadro funcional, em prestação de serviços, a Rádio Educadora já nasceu com significativo porte, para a realidade local, e externando responsabilidade social e eclesial. Tratou-se da primeira estação radiofônica no estado do Maranhão a se preocupar, explicitamente, com a zona rural.

Devido ao potente transmissor (25.000 watts) e ao longo alcance (cerca de 85% do Estado), a rádio Educadora exerceu (e ainda exerce) certo protagonismo, sobretudo no que tange às comunidades rurais e periféricas urbanas maranhenses.

A emissora nasceu no contexto de um Maranhão pobre e bastante desigual (os anos 1960), carente de muitas coisas, especialmente de educação, estradas, telefonia, saúde e políticas públicas em geral. A Educadora, nesse contexto, se propunha a contribuir com a educação das camadas mais empobrecidas e ser, ainda, uma via de ligação entre as comunidades distante e o poder público, destacando-se os programas que cooperaram para o desenvolvimento de pequenas localidades, em termos culturais e econômicos.

Some-se a isso a pouca presença de clero no Estado. A Educadora funcionava, também, como uma eficaz estratégia da presença da Igreja via rádio, transmitindo programas de evangelização, catequese e celebrações, no plano mais estritamente religioso. A Educadora contribuiu de maneira intensa para o desenvolvimento das Comunidades Eclesiais de Base (as CEB's), ao veicular programas de integração social e de formação política, guiadas pela fé, para as comunidades católicas.

A programação não agradava a alguns grupos ligados ao poder militar, em razão de a rádio Educadora denunciar injustiças sociais, no campo e na cidade, e promover a educação com base nos direitos humanos e na construção da democracia. Era alvo de represálias, públicas ou veladas. Sendo considerada uma “rádio de esquerda” desde sua fundação, a emissora defendia os interesses da população excluída do progresso então propalado, identificando-se com a nascente Teologia da Libertação que pregava, entre outras coisas, a opção preferencial pelos pobres e um catolicismo voltado para os problemas sociais.

A Educadora foi uma das pioneiras na luta pelo direito a meia passagem no transporte coletivo para estudantes na capital, São Luís, cujo ápice se deu, em 1979, numa greve estudantil que ficou registrada na memória dos moradores da cidade; e, vinte anos mais tarde, na cobertura da Comissão Parlamentar de Inquérito, acerca do crime organizado (envolvendo o roubo de cargas e outros crimes), instaurada pela Assembleia Legislativa do Maranhão, nos anos de 1999 e 2000, na qual o modelo de transmissão ao vivo dos debates da CPI elevou o prestígio e a audiência da emissora. Em ambos os casos, a vontade da sociedade civil prevaleceu. A meia passagem foi reintroduzida para estudantes de todos os níveis e a CPI culminou com cassações e prisão de deputados estaduais.

4. Programa do Galinho: a interlocução com comunidades rurais e urbanas

A rádio Educadora é reconhecida por ter colaborado para a formação de diversos profissionais: apresentadores, repórteres, narradores. Um exemplo emblemático é o radialista Carlos Henrique, que há mais de cinquenta anos apresenta o “Programa do Galinho”, com grande audiência na região metropolitana de São Luís e nos municípios próximos da região continental.

O programa alterna conteúdos diversos como notícias, músicas e anúncios, também os chamados avisos, entre pessoas, grupos e comunidades, que são veiculados pela voz do apresentador em testemunhais ora formalizados em texto, ora criados espontaneamente, de acordo com o combinado entre remetente, destinatário e apresentador.

O Programa do Galinho é veiculado de segunda a sábado, das seis às sete horas da manhã, sempre com Carlos Henrique, sendo, para os ouvintes cativados pelo apresentador, quem está no ar é “Galinho Maravilha”, referência carinhosa e comum na relação radialista/ouvinte. Segundo Carlos Henrique, em entrevista concedida a uma publicação da Arquidiocese de São Luís, por ocasião dos cinquenta anos da emissora:

O ouvinte deve ser tratado sempre com respeito, sem discriminação, devemos tratá-lo bem, seja ele analfabeto ou letrado, e também orientá-lo. O radialista deve cativá-lo, saber do que ele gosta. Aqui eu sou o Carlos Henrique, mas no estúdio diante do microfone eu sou o Galinho. Eu sofro uma espécie de metamorfose (Jornal do Maranhão, 2016).

A performance do apresentador pode ser constatada, empiricamente, pela audição dos efeitos de entonação na leitura dos avisos e dos anúncios, fartamente divulgados ao longo de cada edição do programa.

Um exemplo de aviso comunitário é o relativo ao festejo em homenagem a São Sebastião, durante o mês de janeiro, em duas localidades da Baixada Maranhense, região oeste do Estado, pertencente à área da Amazônia Legal: São Lourenço (município de Cajapió) e São João dos Arouches (município de São Bento). Os organizadores enviaram um texto para a emissora que a fez chegar ao apresentador cuja função é ler com acréscimos e eventuais supressões de maneira a deixar o escrito com a coloquialidade familiar aos ouvintes de localidades remotas, herança da tradição oral. Ressalte-se que tais festividades também são divulgadas em redes sociais, mas os organizadores (famílias da região, geralmente) não prescindem da comunicação radiofônica.

Deduz-se que essa prática se deva a fatores culturais que agenciam questões econômicas, estruturais e comunicacionais da região. É notório o problema da exclusão digital na Amazônia (NERI, 2012), razão pela qual a radiodifusão tem importância estratégica para a essa vasta extensão territorial, além de que a população, sobretudo na faixa etária de 50+, tem *habitus* arraigados, construídos durante e vida toda, favorecendo à audição radiofônica.

Outra prática usual é o anúncio de pequenos estabelecimentos comerciais, localizados em feiras e em mercados populares, cujos proprietários anunciam na emissora (estratégia para monetizar e ajudar a sustentar a rádio) nos quais ficam acentuada a proximidade entre comunicador e cliente, a exemplo deste aviso comercial sobre os salgados:

Caim no seu comércio de salgados.
Tá lá o camarão. Tá lá a pescada.
Ainda tem uma farinhazinha.
E outras mercadorias (RÁDIO EDUCADORA, 2020).

Para indicar a familiaridade com o comerciante, o apresentador informa:

E o Caim vai por estes dias
fazer uma viagemzinha.
Vai lá no interior
Abraçar seu Plácido
Pessoalmente e dona
Filomena lá em Santana
do Bequimão (RÁDIO EDUCADORA, 2020).

O programa de Carlos Henrique, o Galinho, mantém viva a tradição do aviso para o interior nas emissoras da faixa AM, marca da programação radiofônica de todas as estações de rádio em São Luís do Maranhão durante o século XX, em consequência sobretudo da precariedade e do custo do acesso à telefonia.

5. O presente e um futuro para a Rádio Educadora

A emissora possui, atualmente, uma programação diversificada, em que se destacam programas religiosos, culturais, esportivos e jornalísticos. Integra também duas redes radiofônicas: a Rede Católica de Rádio – RCR, que congrega as diversas emissoras católicas no Brasil; e a Rede de Notícias da Amazônia – RNA, que reúne emissoras presentes na Amazônia Legal.

Desde 2015, a rádio Educadora é administrada pelo Santuário São José de Ribamar, localizado a 30km do centro da cidade de São Luís, e vem passando por uma reestruturação, com o objetivo de requalificar a emissora e de reafirmar os princípios fundadores de informar, divertir e educar. No horizonte próximo, encontra-se a migração de faixa AM para faixa FM, ocasião em que a emissora espera potencializar a expansão da audiência, reafirmar a parceria com os anunciantes e trabalhar pela qualificação da parte técnica.

Essa posição de migrar de faixa traz consigo um dilema e uma oportunidade. O desafio é fidelizar o ouvinte já cativado pela emissora e expandir a audiência para faixas etárias mais jovens. Trata-se de um problema da radiodifusão brasileira no momento, algo que nem sempre aponta para a mudança, porque nem mesmo a legislação obriga, sendo que, em várias regiões do chamado “Brasil profundo”, a migração não é a melhor estratégia.

O caminho a ser seguido pode variar, mas o que se faz perene, aparentemente, é o translado (no sentido de tradução) da oralidade cotidiana das comunidades para as falas radiofônicas, sendo validado também o caminho inverso.

Referências

CEBRIAN HERREROS, Mariano. O rádio no contexto da comunicação multiplataforma. **Revista Rádio-Leituras**, n. 2, p. 69-105, 2011.

CHARTIER, Roger. **A história e a leitura do tempo**. Tradução de Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

DARIVA, Noemi. **Comunicação social na Igreja: documentos fundamentais**. São Paulo: Paulinas, 2003.

FERREIRA, Jerusa Pires. Os ofícios tradicionais: cultura é memória. **Revista USP**, n. 29, p. 102-106, 1996.

História. Disponível em: <<http://www.educadora560.com.br/historia/>> Acesso em 19 fev. 2020.

Le GOFF, Jacques. **Por amor às cidades**. Tradução de Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1988.

NERI, Marcelo (coordenador). **Mapa da inclusão digital**. 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/20738/Sumario-Executivo-Mapa-da-Inclusao-Digital.pdf>> Acesso em 19 fev. 2020.

ONG, Walter. **Oralidade e cultura escrita: a tecnologia da palavra**. Tradução Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1998.

ORTIZ, Miguel Ángel e MARCHAMALO, Jesús. **Técnicas de comunicação pelo rádio**. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

RÁDIO EDUCADORA 560. **Programa do galinho**. 2020. Disponível em: <<https://onedrive.live.com/?authkey=%21ADneRPFDIVTXrz4&cid=1A3E4ACF196E4C11&id=1A3E4ACF196E4C11%212235&parId=1A3E4ACF196E4C11%21634&o=OneUp>> Acesso em: 19 fev. 2020.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil colonial**. São Paulo: Editora 34, 2000.

ZUMTHOR, Paul. **A letra e a voz**. Tradução de Amálio Pinheiro e Jerusa Pires Ferreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.